



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Salas 101 e 102, Centro
CEP 37002-070 - Varginha – MG
Telefone: (35) 3690-2211
Website: www.conselhodesaudedevarginha.org



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA CISTT – 11/10/2021

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora de Varginha/MG (CISTT). Foi realizada no dia 11 de outubro de 2021, com início às 14h, no aplicativo “Google Meet”, diante do cenário da pandemia, em atenção a Resolução CMSV 006/2020021. **Membros presentes:** Célio Ferreira (coordenador da CISTT e membro do Conselho Municipal de Saúde/CMSV), Chaterine Bueno Dominguet (Psicologia/Universidade José do Rosário Vellano/UNIFENAS), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (CMSV), Karolina Vitorelli Diniz Lima Fagundes (enfermeira da Vigilância Sanitária/Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS - Saúde do Trabalhador), Leandro Costa Marinho (Gerência Regional do Trabalho/GRT), Melina de Souza Fiorini e Schulze (Ministério Público do Trabalho/MPT), Reinaldo Sarto (Gupo Educacional – UNIS/MG) e Vanessa Tavares de Jesus Dias (Universidade Federal de Alfenas/UNIFAL). **Falta justificada:** Brígida de Fátima Batista Gomes (secretária designada, membro do CMSV). **Pauta: 01)** Informes sobre o seminário “Oficinas de Formação DIESAT” (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) - Conselhos Nacional e Estadual de Saúde e CISTT (região sudeste); **02)** Estruturação da pesquisa sobre a Covid-19 e óbitos relacionados ao trabalho (Ana Márcia e Vanessa/UNIFAL); **03)** Assuntos Gerais. A reunião inicia-se com Célio dando boas vindas a todos. Informa que participou do seminário da 38ª CISTT da Região Sudeste, realizado nos dias 05, 06 e 07 de outubro, com representantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Também participaram: Antônio Amorim de Carvalho (Central Única dos Trabalhadores/CUT/Sinttel-MG) e José Tadeu Paschoal - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (Sind-Meta). Explica que a CISTT de Varginha não foi convocada, oficialmente, porém, chegou ao seu conhecimento o link para a reunião virtual. Diz que foi “uma escola” – uma formação muito grande, muito boa. Contou com as participações dos Conselhos Nacional (CNS) e Estadual de Saúde (CES-MG), além da DIESAT (Depto. Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho). Nesta reunião, Célio aclara que foram discutidos três eixos: **1º eixo** – “O trabalho e os impactos na saúde da classe trabalhadora”; **2º eixo** – “Políticas públicas no campo do trabalhador e da trabalhadora” e o **3º eixo** – “O controle social no SUS e na CISTT, na Saúde do Trabalhador”. Célio relata que participou de trabalhos em grupo e que foi perguntado como estava a nossa realidade, de Varginha (MG). Relatou que a CISTT do município é nova, tendo apenas dois anos. Falou do trabalho que vem desenvolvendo, sobretudo em tempo de pandemia e das nossas reuniões da “Comissão Especial Covid-19”; do nosso Plano de Trabalho, que estamos na iminência de realizar uma Plenária de Saúde, em dezembro, com propostas para o Plano Municipal de Saúde, para o quadriênio de 2022-2025. Diz que gostaria que se registrasse que recebemos elogio pelo nosso trabalho. Do encontro, será gerada uma devolutiva do que foi trabalhado e vivenciado nos dias 20 e 21, deste mês de outubro, às 14h. Recebendo o link, será encaminhado aos membros da CISTT. Diz que incentivaram e explicaram que, mesmo quem não participou das oficinas e do encontro, poderão ter acesso à devolutiva do que foi produzido e discutido. Foi destacada a articulação entre as CISTTs, movimentos sociais, sindicatos, Ministério Público do Trabalho e universidades. Célio observa que a CISTT de Varginha já cumpre tais exigências, só necessitando de melhoria com a parceria dos movimentos sociais. Realça a participação ativa de duas procuradoras que nos ajudam muito e falou ainda que temos a grata satisfação da participação das universidades: Unifal, Unifenas e o Unis. Pergunta se há

alguma consideração dos participantes a ser feita; Melina pergunta o que achou interessante dessa experiência no seminário, a trazer para a CISTT Varginha, chamando atenção para a política pública. Célio responde que o método utilizado foi o do “ver, julgar e agir”. Então, nesta devolutiva talvez tenhamos mais clareza na proposta deste trabalho. Melina ainda pergunta se alguém irá participar juntamente com Célio. O mesmo responde que o convite é livre e será encaminhado por e-mail. Antes de entrar no próximo tópico da pauta, Célio lembra a solicitação da CISTT sobre a ocupação laboral das pessoas que adoeceram e morreram em decorrência da covid-19. Diz que foi formalizado junto a Vigilância em Saúde do Município e Vigilância Epidemiológica o processo Nº 13141, de 06/06/2021. A Vigilância Epidemiológica tem como coordenadora a enfermeira Roseane Souza e Silva e o superintendente especial covid-19, o médico infectologista, Dr. Luiz Carlos Coelho. Foi respondido não ser possível a informação de ocupação do trabalhador, devido a não existir campo obrigatório na ficha de notificação de caso suspeito; há informações ínfimas, pouco esclarecedoras sobre a questão. No andamento do processo, pede-se encaminhamento para a referência técnica, à enfermeira Karolina Vitorelli. Outra sugestão é buscar informação ao Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). Célio diz que Karolina enviou um e-mail com detalhes sobre o assunto e pede que a mesma comente. Karolina cumprimenta a todos e conjectura o que foi explanado anteriormente, que, nas fichas de notificação não há campo obrigatório de ocupação ou a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO); há um montante muito grande de fichas, mas com esta falha de preenchimento. O que foi passado pela Vigilância Epidemiológica é que a Vigilância do Trabalhador poderia acrescentar como a informação seria com relação aos surtos - ao qual Karolina teve acesso, porém, a mesma não tem acesso às fichas de notificação. Nos surtos há o perfil das empresas, mas não tem as funções ou separação por setores, ou ainda, perfis profissionais desempenhados pelas pessoas que foram acometidas pela covid-19. Sendo a informação dos surtos em empresas com perfis muito distintos, talvez a estratégia para a resposta aos dados solicitados fosse traçar uma congruência baseadas em surtos – mesmo assim, muito complicado de se realizar; entretanto é o que ela poderia obter como resposta. Neste momento, devido o áudio de Karolina ter saído baixo na transmissão, Célio solicita à Karolina que transcreva no chat a resposta recebida por e-mail; pergunta se tem alguma outra sugestão para ser dada em relação a quantidade de profissionais acometidos pela doença supracitada, questionando se o campo de CBO é obrigatório ou se apenas não foi colocado. Karolina responde que as fichas de notificação vêm do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), da esfera estadual, sendo repassada para cada município. Acrescenta ainda que, em primeiro momento, as fichas não tinham este campo e que a Superintendência Regional de Saúde (SRS) incrementou estes dois campos, para poder nos auxiliar até mesmo na identificação de surto. Então, foi até uma iniciativa mais local do que estadual ou federal. Acrescenta que em nível de país não havia nenhuma obrigatoriedade e que alguns impressos ainda nem constavam com os campos de local de trabalho e de CBO. Diz que algumas pessoas informavam e outras tinham receio de informar. Forneciam dados, como sendo “secretária”, “vendedor”, mas sem aprofundar muito no ramo da profissão relatada. Quando informavam “professor”, não especificaram de qual faixa etária ou qualquer outro detalhe. Observa que, por receio de perder o emprego ou sofrer alguma retaliação, algumas pessoas tiveram certo receio de passar informações. No início da doença, havia um preconceito muito grande entre os colegas quando retornavam ao trabalho, até pela falta de conhecimento. Então, em diversos locais, estabeleceram que na hora da volta ao trabalho desse-se férias ou algo que permitisse um tempo para que os companheiros esquecessem o fato, e, aí sim, voltarem com uma aceitação melhor. Explica que não foi apenas a nível municipal, mas um despreparo. Todos sofreram um susto tão grande e que apenas agora, com uma “cabeça mais fria” está se vendo quais foram as lacunas que ficaram durante este processo todo. Melina diz que a recomendação de identificação do local de trabalho foi até do Ministério Público do Trabalho, mas sempre houve resistência, tanto de se

informar a ocupação dos profissionais, como os locais. Ressalta que fez recomendações sobre o assunto e fez reuniões com a Regional Sul, passando a se registrar em ficha. Sabe que tem a subnotificação, mas é preciso fazer o levantamento de dados e o que fazer com esses dados; ou ainda, para identificar onde houve mais adoecimento. Karolina acha a complexidade muito grande pelo quantitativo de fichas que se teve - é um número muito grande, segundo a mesma, cerca de 20 mil. Dificuldade para realizar um levantamento, até mesmo retroativo, mesmo de óbitos. São mais de 300 fichas; dificuldade de acesso e na busca de dados. Dos confirmados e suspeitos, acha que não haveria mão de obra para realizar tipo de levantamento. Melina lê a notificação das cidades de Passos e Varginha; a orientação para que se conste na ficha de notificação os campos de empresa e local de trabalho - dados importantes para levantamento epidemiológico e busca ativa de novos casos, além de identificar locais com alto índice ou potencial de risco. Ressalta que, quando teve que fazer a ficha de notificação de casos suspeitos, não foi questionada sobre o levantamento dos dados acima mencionados. Célio diz que na resposta ao processo havia 240 pessoas mortas pela covid-19. Hoje já passa de 340, pressupondo que seja 370. Ou seja, mais pessoas adoeceram e mais pessoas morreram. Melina verifica e confirma o número de 350 mortos. Célio pergunta se mais alguém quer comentar algo sobre o assunto para passar para o próximo ponto. Pergunta para Vanessa (Unifal), haja vista a mesma ter iniciado a questão, a princípio. Vanessa diz pediu ao coordenador Célio para que contatasse o presidente do Conselho de Saúde, Cláudio Miranda Souza, a fim de obter mais informações - seria um ponto de partida interessante para se fazer alguma pesquisa sobre as condições de saúde dos trabalhadores de Varginha. Quando Célio passou o material, Vanessa verificou que não daria para se verificar quais os grupos mais atingidos. Mesmo assim, inspirou-se. Escreveu um pré-projeto e gostaria de saber como poderia enviar. Consiste numa pesquisa, uma investigação, sobre duas categorias profissionais. Uma delas seria sugerida por Reinaldo, em reunião anterior, a saber, os profissionais da saúde. Profissionais estes que estiveram na linha de frente e para o tratamento da doença. Outra categoria seria a que engloba os trabalhadores informais, aqueles acometidos pela doença, muitas vezes por não ter acesso a EPI's (equipamentos de proteção individual), bem como a instrução de sua utilização; porém, não podem parar o seu trabalho sem prejuízo em suas rendas. Então, trabalhou-se a ideia de pegar as duas categorias citadas, em vários setores econômicos, mais vulneráveis e que tem se ampliado após a reforma trabalhista de 2017, onde a sociedade é baseada na produção do trabalho informal. A ideia seria de se pegar as patologias, doenças e processos de adoecimento que alcançam estes trabalhadores. Abrangeu dois marcos importantes, um sendo a reforma trabalhista, ao qual amplia o trabalho precário informal, e a pandemia, que acelera este processo. Considerou-se o ano que inicia esta reforma, 2017, continuando a pesquisa até 2023; que se teria até o ano que vem para se realizar a pesquisa. Propõe, no dia de hoje, a pesquisa a partir da inscrição de um projeto pela Unifal, podendo lançar mão de estudantes, bolsistas (se houver), ou ainda, de estudantes voluntários que possam ajudar a fazer esta pesquisa; coordenando-a, e dialoga com a CISTT, a fim de poder produzir um conhecimento coletivo. Em cada etapa, poderia trazer o que foi concretamente realizado, para que se possa acrescentar ou retirar em dados, obtendo-se um conhecimento construído em conjunto. Viu que nas últimas conversas em reuniões anteriores todos têm experiências em pesquisa, podendo ocorrer diversas possibilidades de realização da mesma, o que pode causar divergências de opiniões. Assim, sugere a construção coletiva do que for feito ao longo do projeto de pesquisa, dialogando, fazendo alterações, ajustando a pesquisa e orientando os alunos. No final, em 01 de Janeiro de 2023, teria-se um diagnóstico de 2022, só que retroativo à 2017, com objetivo de entender processos e outros problemas que tem a ver com as novas condições de trabalho. Vanessa tem o pré-projeto; faltam alguns ajustes, porém já pode encaminhar aos membros da CISTT. Se todos tiverem condições de ler, passarem críticas ou algo do tipo será levado adiante, junto a um diálogo, com toda a comissão. Cita que, as informações dadas pela pesquisa feita pela

CISTT Nacional, as da SEMUS e do CMSV e as pesquisas gerais, são pontos de partida. Catherine Domingue pergunta sobre as patologias e novas condições de trabalho citadas por Vanessa; quais seriam estas patologias, para ver se conseguiria contribuir também. Vanessa responde que o principal aspecto da reforma foi uma espécie de generalização da instabilidade do trabalhador, totalizando mais de 50% de trabalhadores na informalidade: diaristas, cuidadoras e trabalhadores de carro por aplicativo de mobilidade urbana. Estes trabalhadores adquirem doenças psicológicas como: ansiedade, depressão, doença do pânico - doenças estas, típicas do capitalismo moderno, diferentes do período fordista e industrial, com patologias que eram anteriormente relacionadas a problemas físicos: surdez, perder mão, perder dedos, cegueira. Hoje em dia tem-se uma aceleração de doenças mais psicológicas, salienta Vanessa. Muitas pessoas ficaram sem vender (ambulantes), mercadorias como: balas, canetas e outros, durante a pandemia, que dependiam desse trabalho para se ter o que comer, trazendo patologias físicas. Sugere que se tome como base para a pesquisa, para que possamos somar à reforma trabalhista supracitada, associada com a pandemia da covid-19. Acha que Catherine e Karolina, ou quem trabalha com a questão da saúde, podem contribuir com a pesquisa, colocando alguma categoria específica e elencando alguma outra doença que não imagina que possa existir e que não esteja no formulário de pesquisa inicial. Relata que dividirá em duas pesquisas: uma para os trabalhadores de saúde e outra para os trabalhadores informais, com dois questionários diferentes; e depois, pegando 10 funcionários de cada grupo para entrevistas abertas (quais os seus dramas, preocupações, se tiveram que lidar com a morte na família por covid-19, insegurança alimentar, etc.). A primeira, mais quantitativa e a segunda, mais qualitativa. No primeiro grupo será mais fácil de concluir a pesquisa, porém, no segundo, como estão mais dispersos, será um pouco mais complicado. Sendo assim, poderá se lançar mão de estudantes, indo até as ruas, com formulário físico ou utilizando um “smartphone” diretamente com o trabalhador. Pensou-se desta forma, para obter um número interessante de respostas, a fim de se conseguir um plano de trabalho ou uma nota técnica sobre estas duas categorias, sobre estes dois grupos de trabalhadores. Catherine sugere que se possa somar com a indagação sobre a obesidade; quais foram as diferenças no processo alimentar durante a pandemia, desencadeadas no processo do indivíduo; preços de produtos alimentícios muito exacerbados, hipertensão, diabetes - se vieram a se desenvolver, para se ter dados do trabalhadores, no intuito do desenvolvimento de ações para benefício dos mesmos. Neste momento, Vanessa informa que está em outro grupo sobre saúde, que trata da pobreza menstrual; que está sendo realizada uma campanha para arrecadar absorventes higiênicos - meninas e mulheres que não têm acesso a absorventes – porque, ter um absorvente significa para as mulheres, ter uma “vida normal”; conseguirem ir: para escola, para o trabalho, para a casa de família (no caso das diaristas - empregadas domésticas). Detalha ainda que nesta campanha há uma série de grupos ajudando, inclusive a Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Igualdade Racial, ambos da OAB; dois grupos da Unifal: Dandara e o GNI (grupos que estudam políticas públicas para mulheres). Diz que passará o questionário citado anteriormente dos dois grupos, cuja explicação foi aclarada, e que todos podem dar sugestões ou incluir questões que possam ajudar no trabalho, onde cada um desenvolve suas atividades. Vanessa fala também que algumas questões podem ficar desconexas, mas que ao receber considerações, críticas ou sugestões, pode-se ajustar o questionário. Catherine observa também sobre o que foi falado por Vanessa, de ser possível avaliar o viés, junto a carta estatística e que pode contar com a ajuda dela. Vanessa agradece e pergunta à Célio para onde deve encaminhar a proposta da pesquisa, ainda não finalizada, faltando a parte de justificativa. Ela diz que necessitará levantar textos, livros e artigos sobre o tema e, também, o “clipping” que Cláudio envia, semanalmente. Vanessa diz que, apesar do projeto não estar finalizado, está bem adiantado e que todos podem receber e fazer as interferências que quiserem. Célio responde à Vanessa que pode ser enviado no grupo do aplicativo “WhatsApp” e para o e-mail CISTT <cistt@conselhordesaudedevarginha.org>. Vanessa

observa estar participando da reunião, mas que está de férias, impossibilitada de assinar ou votar, se for o caso, devido às normas da Unifal. Finaliza, dizendo que colocou o projeto como extensão e que, assim, não se tem tantas instâncias para se avaliar e aprovar. Na extensão há a possibilidade de se amarrar mais rápido e resolver isto com parceria. Nada mais a ser tratado, o coordenador Célio agradece a presença de todos. A reunião foi encerrada às 14h46. Eu, Hudson Lebourg Vasconcelos Batista, secretário *ad hoc*, lavrei esta ata, que será lida, discutida e assinada pelos membros presentes.